



Revista
Tópicos Educacionais

Revista Tópicos Educacionais

E-ISSN: 2448-0215

revistatopicoseducacionais.ce@ufpe.br

Universidade Federal de Pernambuco

Brasil

da Penha da Silva, Maria

POVOS INDÍGENAS NO LIVRO DIDÁTICO: "HISTÓRIA DE PERNAMBUCO"

Revista Tópicos Educacionais, vol. 24, núm. 2, julio-diciembre, 2018, pp. 119-145

Universidade Federal de Pernambuco

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=672770877006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Revista

Tópicos Educacionais

ISSN: 2448-0215 (VERSÃO ON-LINE)

POVOS INDÍGENAS NO LIVRO DIDÁTICO: “HISTÓRIA DE PERNAMBUCO”

Indigenous people in the textbook: “Pernambuco of History”

Maria da Penha da Silva
Universidade Federal Rural de Pernambuco-UFRPE
dpenhasilva@gmail.com

Resumo

Após a Lei n.º 11.645/2008, que tornou obrigatório o ensino da História e culturas dos povos indígenas na Educação Básica, nota-se que a temática indígena tem ocupado um volume maior de páginas nos livros didáticos de História. Ao mesmo tempo, vem atraindo a atenção de pesquisadores e pesquisadoras sobre esse objeto, assim, contribuindo para a ampliação dos debates acerca do uso de imagens, narrativas e representações dos povos indígenas nas escolas. É nesse contexto de debates que se insere o presente texto, em que propomos discutir alguns aspectos relacionados com a perspectiva ideológica que permeia as narrativas e as imagens dos povos indígenas no livro didático de *História: Pernambuco*, destinado ao uso por crianças, professores e professoras dos 4.º e 5.º anos do Ensino Fundamental. Nesse sentido, o referido livro traz em si as implicações pedagógicas de se conceber os povos indígenas pela ótica da teoria da mestiçagem.

Palavras-chave: História; Livro didático; Povos indígenas.

Abstract

After the Law n.º 11.645/2008, which made it compulsory to teach the history and cultures of indigenous peoples in Basic Education, it is noted that the indigenous theme has occupied a larger volume of pages in History textbooks. At the same time, it has attracted the attention of researchers to this object, thus contributing to the expansion of debates about the use of images, narratives and representations of indigenous peoples in schools. It is in this context of debates that the present text is inserted, where we propose to discuss some aspects related to the ideological perspective that permeates the narratives

and the images the indigenous peoples in the textbook of History: Pernambuco, destined for the use by children and teachers those of the 4th and 5th years of elementary school. In this sense, the book itself brings with it the pedagogical implications of conceiving the indigenous peoples from the point of view of *mestizaje* theory.

Keywords: History; Textbook; Indian people.

Para início de conversa...

A preocupação com as narrativas e imagens sobre os povos indígenas¹ nas escolas públicas no Brasil reflete uma demanda do movimento dos professores indígenas, sobretudo, das regiões Centro-Oeste e Norte do país, quando no fim da década de 1980, somando-se aos protestos em relação à educação escolar brasileira, os índios acusavam o Estado de permanecer com práticas educacionais que desrespeitavam a história e as expressões socioculturais indígenas. Dentre essas práticas, incluía-se a difusão de narrativas e imagens preconceituosas sobre essa população nos livros didáticos; portanto, reivindicavam um sistema educacional específico e diferenciado e a produção de subsídios didáticos próprios, coerentes com cada contexto étnico (GRUPIONI, 1995).

Todavia, é necessário lembrar que, a princípio, os livros didáticos são produzidos sob influência das políticas curriculares internacionais e nacionais, entrelaçadas em discursos centrados nas agências governamentais e nos contextos acadêmicos. As prescrições curriculares difundidas por meio deles são as legitimadas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), em geral, alinhado a um currículo de base nacional comum, e não às demandas locais (LOPES, 2005).

No Brasil, o PNLD como programa do governo federal, por meio do Ministério de Educação, é responsável pela avaliação, aprovação e distribuição gratuita dos livros didáticos para todas as escolas públicas no país. Ficando sob a responsabilidade dos professores e das professoras a escolha dos livros que melhor se adaptem a cada contexto

¹ Para os povos indígenas no Brasil, as expressões “índio” ou “indígena” durante muito tempo foram vistas como pejorativas. Entretanto, a partir dos anos 1970, foram (re)significadas pelo movimento indígena nacional que se apropriou delas como afirmações identitárias que articulam, visibilizam, unificam e fortalecem os laços de solidariedade entre os povos indígenas; ao mesmo tempo, são pensadas como demarcadoras de fronteiras étnicas que diferem os índios ou indígenas dos demais grupos sociais atualmente habitando no Brasil. A esse respeito, ver *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*, autoria de Gersem dos Santos Luciano (2006), intelectual indígena da etnia Baniwa, professor da Universidade Federal do Amazonas.

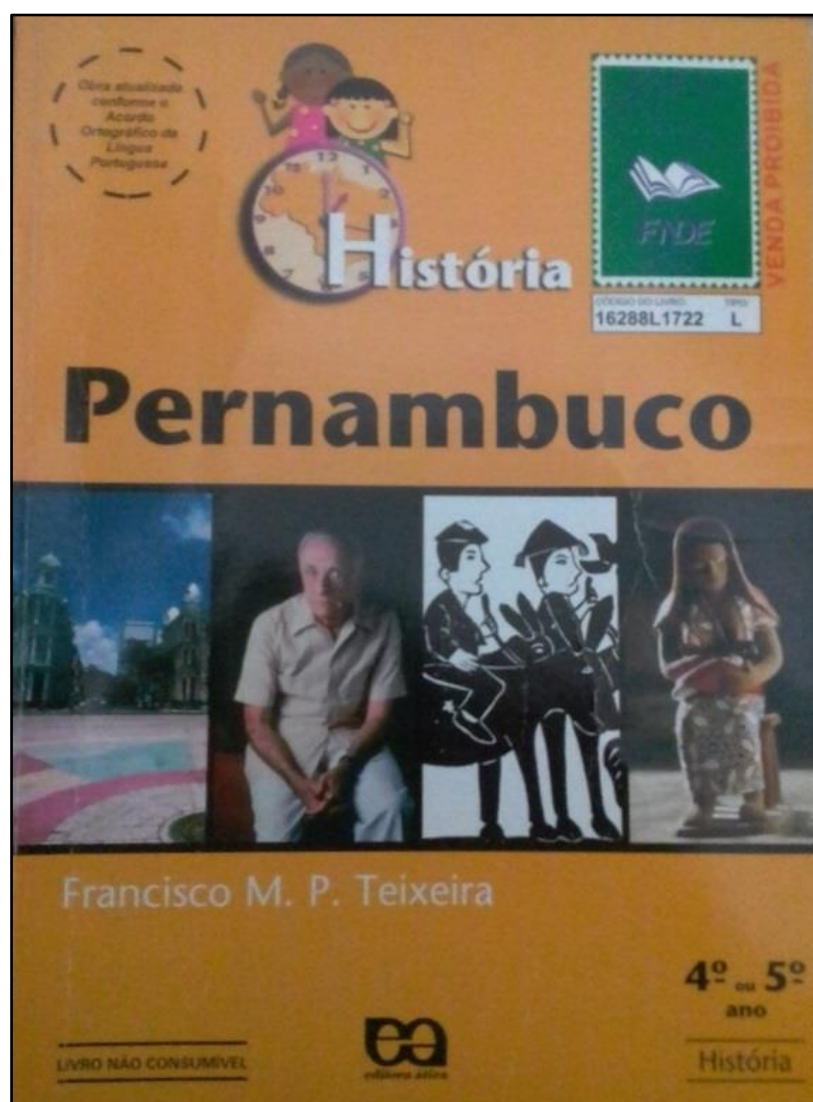
escolar. Na escola, por vezes, o livro didático ainda se constitui como o subsídio pedagógico de mais fácil acesso para docentes e discentes. Por vezes, servindo como bússola para nortear o planejamento e as atividades pedagógicas (SILVA, M., 2015).

No que se refere ao ensino da temática indígena nas escolas públicas em Pernambuco, geralmente, somando-se aos livros de literatura infantil, o livro didático é o subsídio pedagógico ainda muito usual para auxiliar os primeiros ensinamentos sobre as populações indígenas (SILVA, M., 2015). Nesse sentido, situa-se nossa preocupação a respeito das formas de abordagem sobre esse assunto nos livros didáticos destinados aos anos iniciais do Ensino Fundamental. Tendo em vista ser nessa fase que as crianças estão construindo suas primeiras impressões sobre a sociedade onde vivem em relação às outras, e nós, como docentes, também somos responsáveis pela construção desse conhecimento.

Nessa perspectiva, pensamos no presente texto como um exercício de discussões sobre algumas características gerais que marcaram a forma de abordagem referente à temática indígena em um dos livros didáticos sobre História de Pernambuco. Este cadastrado no PNLD na categoria de História Regional. Embora tenhamos encontrado dois livros nessa categoria, um intitulado como: *História Pernambuco* e outro *Pernambuco de muitas histórias: História do estado de Pernambuco*, optamos por discutir sobre o primeiro por tratar-se de uma obra que se encontra na 3.^a edição.

No momento em que realizamos a pesquisa, essa edição ainda não havia sido distribuída nas escolas onde pesquisamos; só tivemos acesso à 1.^a e 2.^a edição, cujo conteúdo não passaram por nenhuma mudança, e as imagens da capa são as mesmas, o que se pode observar na Figura 1.

Figura 1 – Imagem da capa do livro didático *História: Pernambuco*, 2.^a ed.



Fonte: Acervo da autora.

De autoria de Francisco M. P. Teixeira, publicado pela Editora Ática, em 2010, o citado livro é destinado às crianças que cursam o 4.º e o 5.º anos do Ensino Fundamental. Observando rapidamente a capa, nota-se que foram privilegiadas expressões da cultura material sobretudo referente à arte popular, à cultura literária na pessoa de um poeta e escritor de renome em Pernambuco, e uma única paisagem local. Assim, da esquerda para a direita, vê-se uma fotografia do Marco Zero do Recife, uma fotografia do poeta e escritor João Cabral de Melo Neto, uma xilogravura de J. Borges e uma fotografia de uma peça de cerâmica possivelmente de artista do Alto do Moura (Caruaru, PE). Quanto aos

povos indígenas, embora o referido livro também trate sobre assuntos referentes a esse conteúdo curricular, a capa não trouxe nenhuma imagem que remetesse a essa população.

Tratando-se do conteúdo interno, observamos que o volume de assuntos sobre os povos indígenas ocupa poucas páginas, mas de alguma maneira reconhecendo e evidenciando a participação dos indígenas na História de Pernambuco. Embora seja uma abordagem pautada pela perspectiva da mestiçagem² anunciando o provável desaparecimento dos índios em consequência da miscigenação, aculturação e integração à sociedade nacional. Por esse aspecto, iniciaremos a problematização sobre o lugar dos índios nessa perspectiva historiográfica e sociopolítica.

Como características gerais do livro, notamos que os conteúdos didáticos, de forma geral, estão distribuídos em quatro unidades; cada uma se divide em quatro capítulos compostos em blocos temáticos. Essas unidades iniciam com imagens que remetem aos assuntos discutidos no decorrer das atividades propostas. Observa-se que também em nenhuma dessas aberturas de unidades aparece alguma imagem referente aos povos indígenas.

Entretanto, nas suas 184 páginas, os índios são citados apenas em 15. São exibidas sete ilustrações gráficas sobre os indígenas: incluindo um mapa, duas fotografias, uma gravura do século XVII da Coleção Roger-Viollet, uma ilustração de um texto sobre a Carta de Pero Vaz de Caminha, outra ilustrando o texto sobre a obra *Casa-grande e senzala* de Gilberto Freyre. Por fim, uma imagem que procurou representar a “formação cultural” do Brasil por meio da figura de um rosto indígena dentre outras duas figuras de homens negros e de uma criança branca, lembrando a mistura de raças/etnias

² A mestiçagem se constituiu historicamente como um conceito ambíguo, podendo ser pensado como um fenômeno que ocorre em diferentes regiões geográficas do planeta, e em temporalidades diversas. Assim apresentando uma heterogeneidade de pontos de vista a respeito desse assunto. Por exemplo, foi pensado como um fenômeno populacionista universal, baseado na ideia da mistura de genes entre populações relativamente contrastantes biologicamente; também foi pensado pela perspectiva raciológica, a qual estabelece relações hierárquicas entre sujeitos e grupos de raças distintas, bem como em relação aos indivíduos fruto das trocas biológicas dessas raças, o chamado “mestiço”. Ambas as perspectivas foram mote de amplo debate entre intelectuais brasileiros no fim do século XIX e início do XX, quando, por vezes, se ensinava definir e consolidar uma identidade nacional a partir da explicação da origem do Brasil. Então, nos anos 1930, surgiu uma terceira via que dialogava com ambas as vertentes, porém positivando os efeitos sociológicos e culturais dessas misturas, materializando-se na ideia da existência de uma suposta “democracia racial”, difundida amplamente na obra intitulada *Casa grande e senzala* de autoria do sociólogo Gilberto Freyre, sobre a qual pesa a acusação de que o texto mascara os conflitos resultantes da racialização das relações sociais e econômicas no país. A esse respeito, ver Kabengele Munanga (1999), *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*.

como característica fundamental. A perspectiva da mestiçagem permeia o conteúdo do livro do início ao fim, tanto em relação à temática indígena quanto sobre a população negra.

A História de Pernambuco segundo a perspectiva da mestiçagem: qual o lugar dos povos indígenas?

Parece comum a nossa sociedade constantemente questionar os processos de “etnogênese³” vivenciados pelos povos indígenas em determinadas regiões do país, particularmente no Nordeste, onde, durante séculos, se propagou a ideia do desaparecimento dessa parte da população via políticas de incentivo à miscigenação e integração à sociedade colonial, e, posteriormente, à sociedade nacional. Geralmente, as dúvidas ou suspeitas sobre a identidade indígena no Nordeste associam-se a três fatores: primeiro, ao fenótipo “mestiços” em consequência do longo período de contato e convívio com outros grupos humanos; segundo, como resultado desse mesmo convívio, os hábitos e as expressões socioculturais tornaram-se supostamente semelhantes aos das sociedades locais não indígenas; terceiro, a consolidação dessa ideia por meio da teoria da mestiçagem no Brasil.

Conforme Edson Silva (2004), a condição de “mestiço” para os povos indígenas, historicamente, serviu para negar-lhes o direito a terra, por meio de políticas públicas voltadas para a integração deles à “sociedade brasileira”, a exemplo do incentivo à união matrimonial entre indígenas e não indígenas ainda no período inicial da colonização portuguesa no Brasil. Entretanto, a partir dessa mistura, os indígenas não alcançavam o *status* de branco nem eram vistos como indígenas, e ao longo do tempo passando a ser chamados de “caboclos”, e como tais não tinham mais direito a terra. Consequentemente, o termo “caboclo” significava “índio sem terra”.

Ainda para o referido pesquisador, a atribuição da condição de mestiço como forma de negar identidade indígena foi fortalecida com a teoria da mestiçagem, mantendo estreitas relações com a historiografia do século XIX, assim, difundindo a ideia de uma identidade nacional, defendendo a homogeneização das diferenças socioculturais,

³ Conforme João Pacheco de Oliveira (2004), o termo *etnogênese* fora empregado por Gerald Sider como um movimento de oposição ao discurso sobre o etnocídio; fazendo-se apropriado para explicar os processos de “emergência étnica” de populações indígenas no Nordeste, que eram consideradas extintas.

reduzindo-as a uma suposta “cultura nacional”. Dito isso, perguntamo-nos: tratando-se da educação formal, qual as implicações dessas concepções?

Segundo Stuart Hall (1999), a ocorrência do movimento pela formação de uma cultura nacional requer também um sistema de educação nacional, a organização de padrões de alfabetização universais, predominando uma única língua como instrumento dominante de comunicação em todo o País, assim instituindo uma cultura homogênea. De forma que “[...] as diferenças regionais e étnicas ficam subordinadas a uma identidade nacional” (HALL, 1999, p. 49).

No caso do Brasil, a teoria da mestiçagem encarregou-se de diluir as diferenças étnicas em um “caldo cultural” chamado de “a cultura brasileira”. As consequências disso para a educação formal durante muito tempo foi a construção de programas curriculares de base comum monocultural, a produção de subsídios didáticos exaltando a ideia da mistura de raças, como pressuposto para afirmar a “perda da cultura” das populações indígenas e negras.

No que diz respeito à população indígena, a difusão da ideia sobre a “perda da cultura” tornou-se uma das estratégias da teoria da mestiçagem associada aos conceitos de integração, assimilação e aculturação como subterfúgios e/ou eufemismos para justificar a suposta depopulação e, conseqüentemente, anunciar o desaparecimento dessa população ainda no período colonial. Nesse sentido, a “cultura” dos povos não europeus é pensada como algo estático, enquanto a “cultura europeia” pode ser dinâmica e se impor mediante os confrontos com as demais culturas, por meio do chamado sincretismo. Trata-se de uma concepção bastante questionável, tendo em vista outras perspectivas encontradas na produção antropológica sobre os indígenas no Nordeste nas últimas três décadas, a exemplo dos estudos de José Arruti (1995); Vânia Fialho Rocha de Paiva e Souza (1998); João Pacheco de Oliveira (2003) e Kelly Emanuely Oliveira (2013), dentre outros.

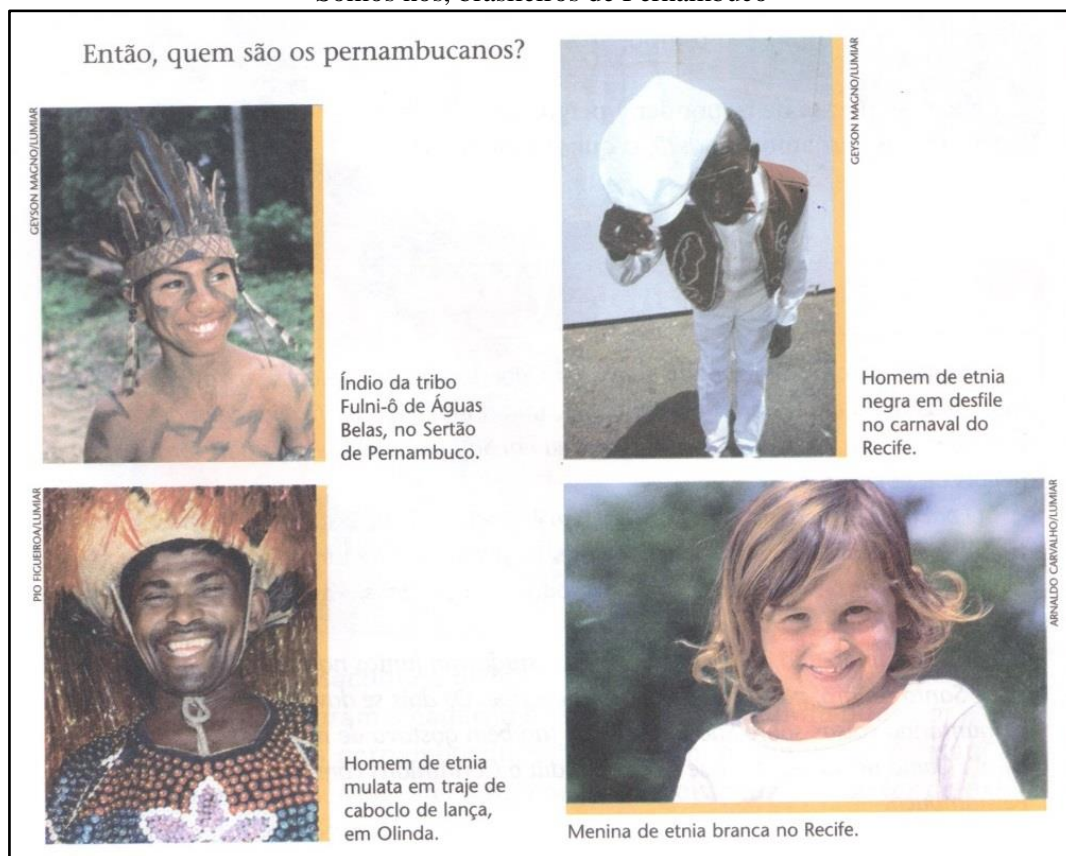
Em se tratando do livro didático *História: Pernambuco*, no que se refere aos povos indígenas, observamos que a ideia sobre o provável desaparecimento associado à formação da sociedade nacional ou local geralmente permeia textos e imagens. A primeira imagem de indígena encontra-se na Unidade Didática I, ilustrando a seguinte questão: “Então, quem são os pernambucanos?” Nessa ilustração encontram-se fotografias de pessoas identificadas como de etnias diferentes que formaram a “população

pernambucana”. Antes de discutirmos sobre o conteúdo dessas fotografias, chamamos a atenção para a legenda referente à fotografia do indígena: “Índio da tribo Fulni-ô de Águas Belas, no Sertão de Pernambuco.”

Para Silva e Silva (2016), “tribo” é um termo que expressa ideias etnocêntricas que remete à perspectiva antropológica evolucionista, há muito criticada por categorizar os grupos humanos conforme supostas etapas de “desenvolvimento cultural”. Atribuindo aos povos ocidentais o topo de uma escala do desenvolvimento, enquanto os povos não ocidentais estão localizados nos níveis inferiores, sendo considerados como povos “primitivos”, “selvagens” dentre outros adjetivos pejorativos. Essa teoria, ao tomar como referência os padrões de organizações socioculturais ocidentais, desconsidera a complexidade das formas de organizações dos demais agrupamentos humanos em diferentes espaços e contextos sociopolíticos.

Também para outros pesquisadores e pesquisadoras, a exemplo de Luciano (2006), Collet; Paladino e Russo (2014), “tribo” é um conceito antropológico que não se aplica aos povos indígenas na contemporaneidade no Brasil. Recomenda-se o uso das expressões “etnia” ou “povos indígenas”, que remetem à concepção de sociedades organizadas em torno de interesses comuns, língua, costumes, crenças e formas próprias de pensar o mundo e a vida. Entretanto, o conceito “tribo” permanece naturalizado no livro didático em discussão, como podemos ver na Figura 2.

Figura 2 – Uma das ilustrações do primeiro capítulo, intitulado
Somos nós, brasileiros de Pernambuco



Fonte: Teixeira (2010, p. 10).

Observando a citada imagem, a referência a uma fotografia de um indígena Fulni-ô, PE – olhando rapidamente, podemos identificá-lo e diferenciá-lo dos demais grupos étnicos representados –, caracterizado com “artefatos culturais”, os quais parecem ser algo bastante comum nas representações sobre os povos indígenas nos livros didáticos; e se não existirem penas e pinturas corporais, o indivíduo representado pode ser confundido com qualquer outro grupo étnico.

Também percebemos que a figura indígena usada nesse contexto está associada à filiação do autor à teoria da mestiçagem defendida por Freyre (2004), não apenas pela representação das três raças, que também pode ser entendida como uma exposição da diversidade étnica, mas quando a situamos a figura do indígena entre as demais imagens expostas no mesmo quadro, isso parece mais evidente. Por exemplo, chamaram nossa atenção as fotografias dos homens negros, cujas legendas indicam classificações étnicas diferentes, afirmando que um é negro, outro é mulato. Nesse caso, entendemos que o

termo mulato significa “mestiço”. Que critério foi usado para diferenciá-los? Não sabemos, pois a publicação não informa! Entretanto, os termos *miscigenação*, *mestiçagem*, *mulato*, *mestiço*, *caboclo* e *mameluco* são recorrentes em muitos textos que compõem o livro analisado.

Na sequência da abordagem sobre a temática indígena, constatamos maior concentração de conteúdos no segundo capítulo, que trata sobre o período da colonização. Quanto a esse período especificamente, o autor situou os índios mais como grupos a-históricos, ingênuos/passivos, subjugados e escravizados e menos como sujeitos históricos. Segundo Grupioni (1995, p. 487), passadas duas décadas, uma das críticas aos livros didáticos era por eles tomarem como referência “os feitos e a historiografia das potências européias, silenciando ou ignorando os feitos e a vivência dos povos que aqui viviam”.

Para Circe Bittencourt (2013), abordagens didáticas nesse sentido refletem a filiação dos autores à produção historiográfica do século XIX e geralmente são ideias calcadas em uma visão eurocêntrica, contribuindo para reforçar a valorização da cultura dos colonizadores em detrimento do apagamento das expressões socioculturais indígenas. Um exemplo ilustrativo desse tipo de abordagem nos livros didáticos de História é a forma como são organizados em períodos históricos, quase sempre iniciando pelos conteúdos sobre a chegada dos portugueses às terras atualmente conhecidas como Brasil. A autora enfatizou, ainda, que nos períodos históricos posteriores à expulsão dos jesuítas e o fim das ações dos bandeirantes, os povos indígenas são relegados ao total esquecimento, voltando a ser anunciados no início do século XX.

Para Leila Grassi (2009), as abordagens sobre a temática indígena no contexto escolar, reduzida a esses dois períodos históricos, quase sempre são associadas, no primeiro momento, à “extração do pau-brasil, canibalismo, nudismo” e, no segundo momento, aos conflitos pela terra (GRASSI, 2009, p. 293). Desse modo, dificultando o entendimento e a aceitação das atuais configurações socioculturais indígenas por parte de nossa sociedade.

Retomando a discussão sobre o livro didático em questão, nota-se que, na sequência do texto, o autor Teixeira deixa subtendido que, em algum momento, ocorreram reações e resistência indígena à colonização portuguesa, afirmando: “A partir do encontro desses povos iniciou-se uma convivência marcada por diferenças e conflitos que daria

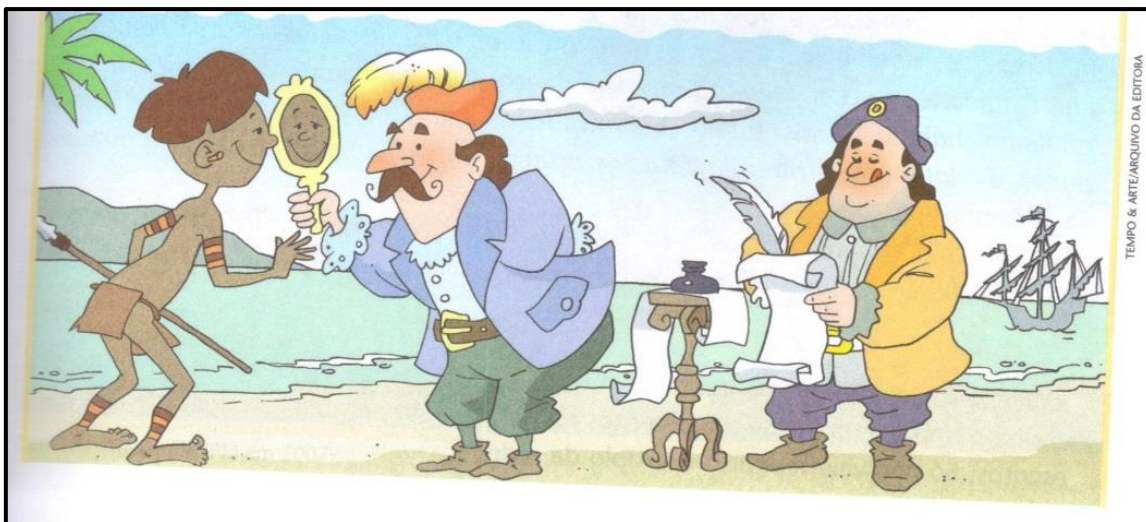
origem a um novo país e a um novo povo, o povo brasileiro.” (TEIXEIRA, 2010, p. 22). Como também mencionando vagamente a participação dos indígenas e negros em rebeliões populares, mas, posteriormente esses “sujeitos históricos” desaparecem para dar origem ao *povo brasileiro*.

Tal afirmação parece bastante tímida mediante as extensas narrativas e ilustrações gráficas aludindo a um encontro pacífico. Identificamos duas situações remetendo a essa ideia: a primeira, quando o autor tratou sobre a importância da Carta de Pero Vaz de Caminha como registro de nascimento do Brasil; a segunda, quando exaltou a importância da obra *Casa-grande e senzala* de Gilberto Freyre (2004).

Em relação à primeira situação, destacam-se o seguinte trecho e em seguida a imagem que servem como ilustração:

Na praia andavam muitos homens com arco e flechas nas mãos, mas não os usaram contra nós. São pardos, meio avermelhados, de belo rosto e narizes bem feitos. Andam nus e fazem isso com a mesma inocência com que mostram o rosto. [...] Havia nove ou dez casas no lugar, compridas e altas, feitas de troncos e galhos e cobertas com palhas. Dentro delas havia esteios que as sustentavam e que serviam para pendurar as redes de dormir. As casas não tinham divisão interna e cada uma abrigava trinta ou quarenta pessoas. (TEIXEIRA, 2010, p. 21).

Figura 3 – Ilustração do texto que trata sobre o encontro entre índios e europeus



Fonte: Teixeira (2010, p. 21).

Observamos que, no referido livro, o destaque para a Carta de Caminha foi no sentido de enfatizar sua importância como um documento histórico, passando ao largo de qualquer problematização sobre seu conteúdo. Segundo Grupioni (1995), a apresentação isolada e descontextualizada de fragmentos de documentos históricos tratando sobre os indígenas nos livros didáticos, sem a problematização acerca do contexto no qual foram gerados tais documentos, é um dos mecanismos de simplificação dos modos de vida indígena, quase sempre servindo para afirmar a superioridade cultural dos colonizadores.

Nesse sentido, o trecho da Carta de Caminha citado no livro didático *História: Pernambuco*, além de descrever os indígenas como seres ingênuos/inocentes pela sua nudez, enfatizou as formas de moradia e organização social das famílias nativas como simplificação do seu modo de vida. Reforçando essa narrativa, o referido livro trouxe uma ilustração procurando representar a ideia dos primeiros contatos entre indígenas e europeus; difundindo a concepção de indígena exótico e passivo, expressando a ausência de conflitos e estranhamentos. Ao contrário, remetendo às supostas relações e interações que parecem ocorrer na mais perfeita harmonia, como observado na Figura 3.

Além de a figura expressar uma situação pacífica, é possível perceber nessa imagem a ideia de diferença cultural que inferioriza o indígena e valoriza “a cultura” dos colonizadores; sobretudo no que se refere à capacidade intelectual de ambos, quando apresenta o colonizador como alguém com o domínio da escrita e a capacidade de seduzir o indígena por meio de artefatos culturais, aparentemente sem valor econômico significativo (um espelho), e o indígena parece bobo e impressionado com tal objeto.

Tratando-se da segunda situação, nas páginas 48 e 49 quando o autor apresenta a obra *Casa-grande e senzala* vê-se o mesmo tipo de abordagem sobre a temática indígena. Desde a ilustração ao próprio texto sobre a referida obra, nota-se uma narrativa e imagens romantizadas, que mascaram a presença de conflitos, sendo outro aspecto que expressa a filiação de Teixeira à teoria da mestiçagem defendida por Gilberto Freyre (2004).

Sem dúvida um dos pernambucanos mais ilustres e conhecidos dentro e fora do Brasil [...] Seu livro mais importante, *Casa-grande e senzala*. [...] Trata-se de um estudo que abordava um tema antigo, a formação social brasileira na colonização portuguesa, mas de maneira totalmente nova. Além dos documentos normalmente usados pelos historiadores, Gilberto Freyre utilizou como fonte os costumes familiares dos colonos *brancos*; as falas, rezas, cerimônias, festas e folguedos dos escravos *negros* e *índios*; o casamento e a religião; a educação das crianças; a *mestiçagem*; o dia-a-dia da casa-grande e da senzala; os alimentos e as receitas culinárias; os trabalhos nos engenhos, nos canaviais e nas casas dos senhores; os castigos impostos aos escravos. [...] Mostrou a gente *cabocla e acobreada que foi nascendo da intimidade entre europeus, índios e africanos*. (TEIXEIRA, 2010, p. 49, grifo nosso).

Ao apresentar a referida obra, o texto enfatizou os costumes dos colonos brancos, negros e índios culminando na ideia da miscigenação, sendo reafirmada em especial no último fragmento grifado por meio da expressão *a gente cabocla e acobreada*, em outras palavras, a ênfase em uma gente mestiça nascida da *intimidade* entre as “três raças”. Trata-se de uma narrativa que, além de apagar as diferenças étnico-raciais, minimiza as diversas formas das violências coloniais, sobretudo quando mulheres negras ou indígenas foram violentadas sexualmente por colonos, e dessa violência nasceu *a gente cabocla e acobreada* mencionada pelo autor. Situações de violência que também foram mascaradas na obra *Casa-grande e senzala* em nome do mito da “democracia racial”, quando as mulheres indígenas ora são descritas como senhoras, esposas e mãe da família brasileira, ora são descritas na condição de prostitutas, como pode ser visto nas citações seguintes:

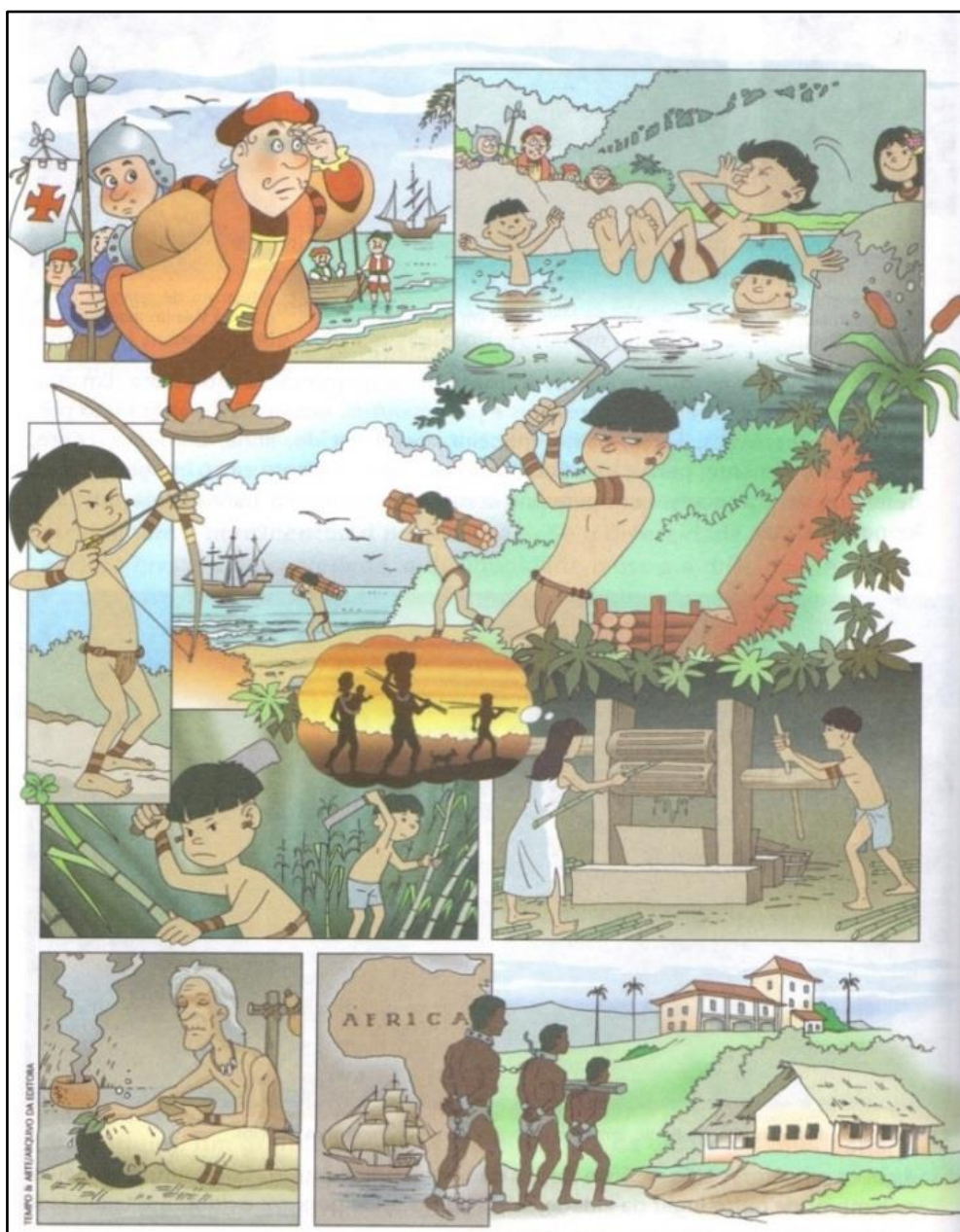
Híbrida desde o início, a sociedade brasileira é de todas da América a que se constituiu mais harmoniosamente quanto às relações de raça: dentro de um ambiente de quase reciprocidade cultural que resultou no máximo de aproveitamento dos valores e experiências dos povos atrasados pelo adiantado; no máximo de contemporização da cultura advéncia com a nativa, da do conquistador com a do conquistado. Organizou-se uma sociedade cristã na superestrutura, com a mulher indígena, recém-batizada, por esposa e mãe da família; e servindo-se em sua economia e vida doméstica de muitas das tradições, experiências e utensílios da gente autóctone. (FREYRE, 2004, p. 160).

O europeu saltava em terra escorregando em índia nua; os próprios padres da Companhia precisavam descer com cuidado, senão atolavam o pé na carne. Muitos clérigos, deixaram-se contaminar pela devassidão. As mulheres eram as primeiras a se entregarem aos brancos, as mais ardentes indo esfregar-se nas pernas desses que supunham deuses. Davam-se ao europeu por um pente ou um caco de espelho. (FREYRE, 2004, p. 161).

Em especial, esse último fragmento textual, ao mesmo tempo em que evidencia o significado mítico da relação sexual no universo indígena, vulgariza o comportamento da mulher quando atribui o significado da troca do corpo por objetos, que, para o autor, aqueles objetos eram considerados de menor valor. São narrativas que denotam uma visão etnocêntrica da cultura do “outro”, a qual atribuem normas e valores por meio das referências culturais do narrador. Esse aspecto também é visto nas imagens que ilustram o texto de apresentação da obra de Gilberto Freyre no livro didático aqui analisado.

Um primeiro aspecto observado na ilustração foi que, semelhantemente ao texto escrito, o autor delineou a ideia sobre a presença das “três raças” na “formação do Brasil”, porém negros e indígenas aparecem subjugados, reforçando a ideia de submissão e passividade. Um segundo aspecto que convém ressaltar é a ideia de uma história linear reproduzindo a visão do colonizador. Observando a Figura 4, nota-se que a imagem do colonizador encontra-se na parte superior da figura, assim caracterizando o início da história; enquanto as demais imagens parecem ser uma projeção do seu olhar exprimindo surpresa em relação ao que vê. As imagens compondo a ilustração em geral expressam esse olhar, o qual mostra a população indígena de forma estereotipada, apresentando o mesmo fenótipo, e em processo evolutivo, saindo da infância à maturidade materializada por meio da força de trabalho para o colonizador, e posteriormente integrados às tecnologias engendradas por este.

Figura 4 – Ilustração do texto sobre a obra *Casa grande e senzala*



Fonte: Teixeira (2010, p. 48).

Conforme Grupioni (1995, p. 489), os livros didáticos geralmente “operam com a noção de índio genérico, ignorando a diversidade que sempre existiu entre essas sociedades”. No caso do livro *História: Pernambuco*, a caracterização física da população indígena é representada por uma maioria masculina, com feições similares, cabelos lisos e com o mesmo corte, olhos puxados e seminus; enquanto nas características psíquicas predomina a ideia da infantilização e da convivência harmoniosa com a Natureza,

Tópicos Educacionais, Recife, v. 24, n.2, p. 119-145, jul/dez. 2018.
Disponível em: < <https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/> >

situação representada inicialmente por imagens de pessoas com feições infantis, divertindo-se nas brincadeiras no banho de rio e usando arco e flecha.

Seguindo a lógica da linearidade da história expressada na referida figura, tem-se a impressão de que, pelo convívio com os colonizadores, alguns indígenas tornaram-se adultos e trabalhadores, assim, participando da primeira atividade econômica colonial, a extração e exportação do pau-brasil. Em seguida, os indígenas aparecem no corte da cana-de-açúcar e, outra vez, com traços físicos infantis, ao lado de outra imagem com um casal de indígenas adultos trabalhando em um engenho, onde a mulher encontra-se vestida com roupas cobrindo a maior parte do corpo. Na última imagem, onde observamos a presença dos africanos escravizados nos engenhos, a população indígena desapareceu. Assim, reforçando a ideia da substituição da mão de obra indígena pela mão de obra dos africanos.⁴ Embora contraditoriamente, em duas ocasiões no referido livro, foi citada vagamente a coexistência de ambas as populações.

De forma geral, o livro *História: Pernambuco* enfatizou a presença indígena no período da colonização, incluindo um fluxo maior de conteúdo, deixando uma lacuna nos períodos do Império e da República. Essa situação se reflete no tipo de abordagem sobre a presença indígena em contexto atual, onde ora predominam imagens que remontam ao passado colonial, ora apresentam-se dados populacionais desatualizados reforçando a ideia de depopulação.

Os índios na sociedade atual: espectros de seus antepassados

Para o pesquisador John Monteiro (1999), a invisibilidade das mobilizações indígenas e suas formas de resistência por determinadas vertentes teóricas foram traduzidas em falhas nos estudos históricos. Assim, não possibilitando percebermos o protagonismo dessas populações no passado, pois: “No Brasil, é comum retratar as populações indígenas como meros resquícios de um passado cada vez mais remoto, como os pobres remanescentes de uma história contada na forma de uma crônica do desaparecimento e da extinção.” (MONTEIRO, J., 1999, p. 247).

⁴ Sobre especificamente esse período histórico, existem indícios contestando a versão apresentada no livro em análise, ao considerar a coexistência de ambas as situações de escravização, inclusive defendendo que muitos quilombos formaram-se por meio da parceria entre negros e indígenas, pois estes conheciam a região e os lugares seguros para se refugiarem (GOMES, 2002).

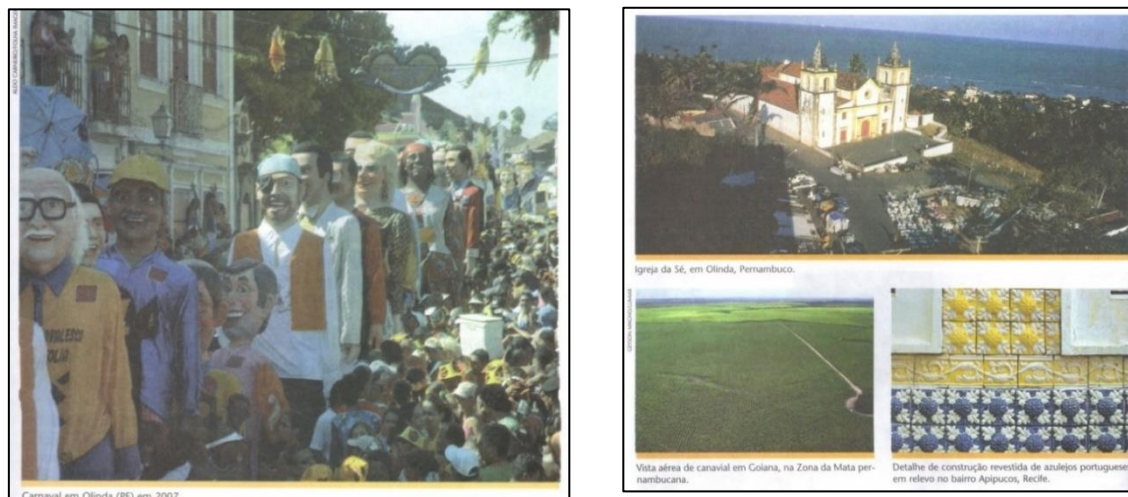
No caso do livro *História: Pernambuco*, os povos indígenas emergem na atualidade como em um passe de mágica, embora, com ênfase na ideia de depopulação. São citados como pequenos grupos que lembram a herança deixada pelos seus antepassados, como contribuição para nossa sociedade. Mesmo quando o autor procurou chamar a atenção para a importância das expressões socioculturais indígenas na sociedade atual, isso ocorreu de forma bastante genérica, sem muitos detalhes ou explicações.

Por outro lado, a ênfase na suposta predominância cultural dos colonizadores foi apresentada com riqueza em detalhes e imagens aludindo à grandeza dos seus feitos. Um dos exemplos ilustrativos está na assimetria de poder, uma vez que os primeiros colonizadores são apresentados como “conquistadores” dominando os povos nativos, pela força e imposição de uma herança cultural que permaneceu até os dias atuais: na língua, nas festividades populares; na arquitetura colonial, na economia canavieira. Enfim, uma história de vencedores pela dominação do outro e imposição da sua cultura, conforme expressiu o texto intitulado *Os europeus conquistadores*, cujo fragmento citado a seguir expressa essa concepção no uso de alguns termos grifados por nós:

Os portugueses que se fixaram a partir de 1500, *dominaram* as populações que vivam originalmente no território e apropriaram-se das terras que a elas pertenciam. Desse modo, os portugueses *impuseram* aqui seu modo de vida e tornaram sua influência *dominante* na formação do povo brasileiro. Como em outros lugares do Brasil onde os *conquistadores* logo se instalaram, no nosso estado a presença portuguesa é bem antiga e *deixou sinais por toda parte*. Esses sinais podem ser percebidos em diversos aspectos da vida social pernambucana, ou seja, da nossa cultura. (TEIXEIRA, 2010, p. 23, grifo nosso).

Como ilustração do referido texto, observam-se as seguintes imagens:

Figura 5 – Ilustrações do texto *Os europeus conquistadores*



Fonte: Teixeira (2010, p. 23-24).

A primeira imagem é uma fotografia do carnaval de Olinda, PE; em seguida, uma fotografia da Igreja da Sé na mesma cidade, simbolizando os monumentos arquitetônicos projetados pelos europeus; como também a fotografia de azulejos portugueses na fachada de uma casa antiga no bairro de Apipucos (Recife, PE); e como poderio econômico, uma fotografia de uma vasta área de canavial no município de Goiana, PE. São imagens que, somadas aos termos *conquista*, *dominação* e *imposição* explícitos no texto escrito, elevam a valorização da herança cultural europeia; enquanto, paradoxalmente, o texto seguinte buscando tratar mais especificamente sobre os povos indígenas foi intitulado *Escravos nativos* (TEIXEIRA, 2010, p. 26).

Embora a proposta do referido texto seja tratar sobre a presença indígena na História do Brasil, iniciou tratando novamente sobre os colonizadores na condição de conquistadores. Enquanto sobre os povos indígenas foi enfatizada a ideia de redução da população, extermínios, assimilação cultural e abandono dos costumes, sobretudo afirmando: “Desde a chegada dos conquistadores europeus a esta parte da América que viria se tornar Brasil, as populações que aqui viviam foram muito reduzidas e várias delas exterminadas”. (TEIXEIRA, 2010, p. 26). Sobre a situação dos povos que “sobreviveram”: “Alguns foram modificando pouco a pouco seu modo de vida, assimilando a cultura do homem branco a ponto de, muitas vezes, abandonar seus próprios hábitos, tradições, formas de governo.” (TEIXEIRA, 2010, p. 26); ou seja, o protagonismo apresentado foi sempre o do colonizador além de ele nunca ser citado como

se tivesse vivenciado alguma “perda cultural” ou abandonado algum dos seus costumes. A condição de perdedor é sempre dos indígenas, aos quais no passado foi reservado o lugar de fracassados, escravizados, como apresentado na Figura 6.

Figura 6 – Uma das ilustrações do texto *Escravos nativos*



Fonte: Teixeira (2010, p. 27).

Essa imagem encontra-se no livro logo após outras duas referentes aos indígenas em Pernambuco na atualidade. Se, por um lado, a Imagem 6 remete à escravização nos engenhos denunciando uma das formas de violências contra os povos indígenas no contexto colonial, por outro, pode endossar o imaginário sobre a vitória do colonizador diante da incapacidade de reações dos índios e nessa condição condenados ao fracasso e ao desaparecimento.

Diego Monteiro (2014), ao se referir a abordagens didáticas similares, afirmou:

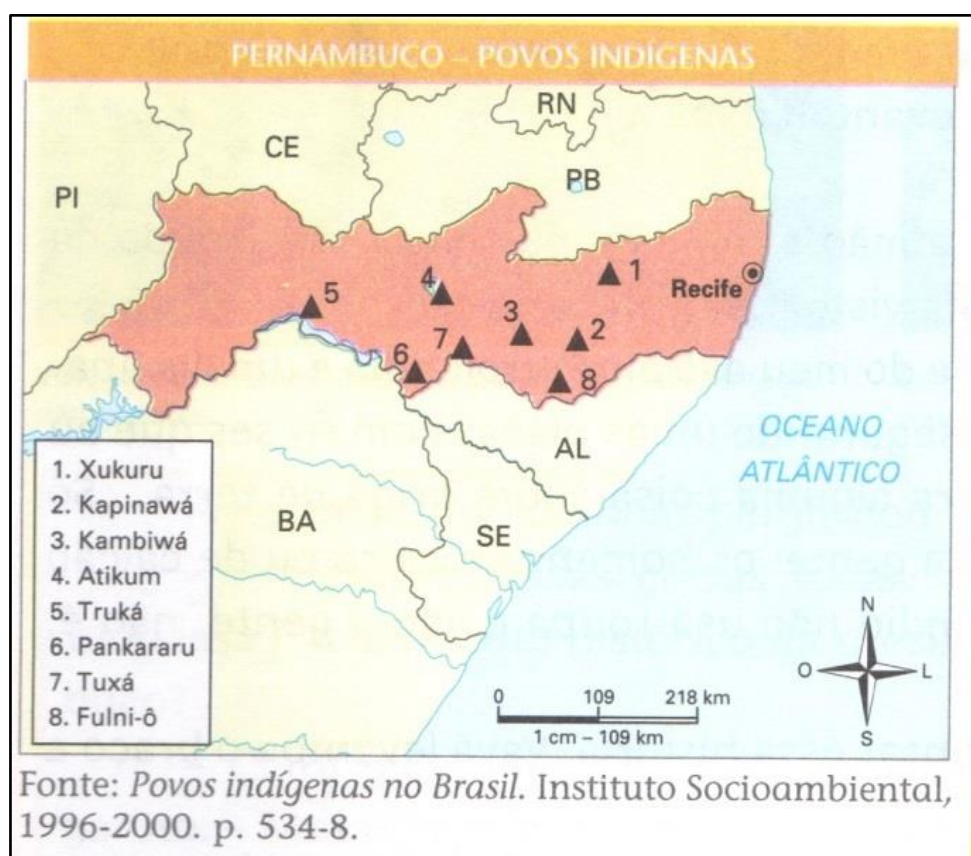
Em tal situação, os índios são vislumbrados como sujeitos passivos e submissos, por meio de discursos que reverberam os ideais de conquista, e dominação (cultural e/ou econômica), exploração e depopulação dos povos nativos, considerados como os elementos mais frágeis nas relações de poder assimétricas estabelecidas com a sociedade de não índios. (MONTEIRO, D., 2014, p. 88).

Dessa forma, como as crianças que têm acesso ao referido livro podem valorizar as “heranças” ou as expressões socioculturais indígenas atuais? Uma vez que, no presente,

esses povos são associados às imagens no passado sempre remetendo a uma condição indesejada e inferiorizada? Quando se trata da atualidade, embora citando os “sobreviventes” indígenas, a ideia de declínio demográfico permaneceu justificada por dados desatualizados, a exemplo das expressões grifadas no texto e das informações expressas no mapa (Figura 7).

Em todo o estado de Pernambuco existem hoje *apenas oito grupos indígenas*. Esses grupos têm diversas origens e alguns falam sua própria língua, além do português. Juntos, representam uma população de *pouco mais de 20 mil pessoas*. Apesar do intenso declínio sofrido pelas populações indígenas ao longo do tempo, os povos sobreviventes no nosso estado permanecem vivos e atuantes, convivendo com os demais grupos da sociedade pernambucana. Essas pessoas querem continuar a viver e trabalhar livremente em suas terras, mantendo o seu modo de vida próprio, sua organização social, seus costumes e suas crenças. (TEIXEIRA, 2010, p. 26, grifo nosso).

Figura 7 – Outra ilustração do texto *Escravos nativos*



Fonte: Teixeira (2010, p. 26).

Em relação aos dados estatísticos, observamos que o livro didático *História: Pernambuco*, na 2.^a edição, seis anos após a primeira publicação, apresentou as mesmas informações, quando, no ano 2000, o censo demográfico dos povos indígenas em Pernambuco contabilizava mais de 40.000 indivíduos. Como, também, em 2010, eram conhecidos 11 povos indígenas no estado (IBGE, 2012), sendo esse número elevado posteriormente para 13 (SILVA, M., 2015), e atualmente mais um povo reivindica o reconhecimento. Enquanto isso, no livro *História: Pernambuco*, permaneceu o mapa com apenas oito povos indígenas.

Voltando ao texto citado, mesmo quando o autor chamou a atenção sobre esses povos terem modo de vida próprio, outras formas de organização social e crenças, não citou quais eram essas especificidades como fez em relação às heranças culturais dos colonizadores. Segundo Grupioni (1995), os livros didáticos que trazem uma abordagem genérica acerca dos diversos modos de vida dos povos indígenas dificulta que as crianças nas escolas compreendam a complexidade e a diversidade das organizações sociais desses povos não só no passado, mas sobretudo no presente.

Outro aspecto observado no texto *Escravos nativos* foi que, embora o autor tenha-se referido ao bilinguismo como um sinal diacrítico dos povos indígenas em Pernambuco, trouxe uma informação equivocada, afirmando a existência de mais de um povo falante da língua nativa, quando sabemos que apenas o povo Fulni-ô é bilíngue, falante das línguas portuguesa e Yathê⁵; ou seja, a forma genérica como foi exposto esse conteúdo reforça a visão folclórica e exótica difundida ao longo dos anos no ensino sobre os povos indígenas. A exemplo de outra imagem ilustrando o referido texto (Figura 8).

⁵ A respeito da língua Yathê e demais expressões socioculturais Fulni-ô, recomenda-se a leitura do livro: *Os Fulni-ô*, organizado por Peter Schröder (2012). Sobretudo, o quarto capítulo intitulado *Identidade étnica e reciprocidade entre os Fulni-ô de Pernambuco*, produzido pelo antropólogo Wilke Torres de Melo (2012), membro do povo Fulni-ô.

Figura 8 – Ilustração do texto *Escravos nativos*

Fonte: Teixeira (2010, p. 26).

A legenda da referida figura indica que tratar-se de “Índios xukuru durante ritual”, o que parece uma informação bastante evasiva por não existir referência específica a respeito do ritual apresentado. Embora na página seguinte tenha uma recomendação para que as crianças formem grupos e busquem informações a respeito dos povos indígenas em Pernambuco de forma geral, seria importante que o próprio livro trouxesse algumas informações mais precisas ao menos sobre o povo que aparece na referida imagem. Por exemplo, algo sobre o município onde habita, modos de vida, sobretudo a atuação política, tendo em vista ser o povo Xukuru do Ororubá uma referência no plano não só regional, mas também nacional pela sua organização social e atuação política nos movimentos indígenas (OLIVEIRA, K., 2013).

Na continuidade do conteúdo em discussão, ao se referir ao legado cultural indígena, o autor mencionou a influência desses povos na sociedade pernambucana como parte da “formação histórica”: “Uma herança valiosa, que enriqueceu nossa língua, nossa música, nossos costumes, nossos conhecimentos.” (TEIXEIRA, 2010, p. 27). Por outro

lado, deixando de citar a contribuição efetiva desses povos na economia, como foi ressaltada a contribuição dos colonizadores quando se referiu à herança cultural portuguesa.

A forma como foram abordados tais conteúdos didáticos reafirma a ideia de que a influência dos povos indígenas sobre a cultura da sociedade pernambucana vincula-se a um passado ancestral. Além de reafirmar que atualmente esses povos encontram-se reduzidos e precisam permanecer mobilizados para afirmarem seus direitos, pressupondo-se que continuam em condições desiguais da sociedade não indígena. Essa situação em alguns estados brasileiros é iminente, no entanto, não generalizada.

Particularmente no estado de Pernambuco, quando o livro didático analisado foi produzido e publicado, contávamos com significativas conquistas dos povos indígenas, a exemplo da demarcação de terras e implantação de sistemas de Educação e Saúde diferenciados. De forma que alguns povos indígenas no Estado encontram-se em condições sociais iguais à sociedade não indígena na vizinhança. Entretanto, no livro *História: Pernambuco*, essas conquistas não foram evidenciadas. Estas, sendo consideradas, contribuirão para a construção de uma visão positiva acerca dos povos indígenas na atualidade.

Talvez, a cegueira do autor acerca do sucesso da agência indígena esteja associada ao alinhamento à historiografia de vertente marxista estruturalista produzida nas décadas de 1970 e 1980, quando alguns intelectuais nessa área questionavam a visão negativa construída pela historiografia do século XIX sobre os povos indígenas, na qual esses povos eram vistos como grupos a-históricos, de forma que passaram a visibilizar o agenciamento indígena na história do Brasil e das Américas (BITTENCOURT, 2013). Quais as implicações dessa perspectiva para o ensino de História e a produção dos livros didáticos?

Conforme Bittencourt (2013, p. 127), a produção historiográfica que aderiu à vertente marxista estruturalista passou a apresentar os povos indígenas como “uma das primeiras grandes vítimas de uma estrutura econômica constitutiva do capitalismo”. Para a autora, quando se trata da ressonância dessa produção historiográfica na produção de uma visão positiva sobre os povos indígenas nos livros didáticos, não houve mudanças significativas, a exemplo de autores que ainda utilizam o pressuposto sobre os prováveis processos de extinção dos povos indígenas (BITTENCOURT, 2013, p. 128). Prosseguiu

a autora: “Os indígenas por essa produção historiográfica passaram a ser vistos de forma favorável, mas apenas como vítimas do sistema capitalista dentro das perspectiva da história dos vencidos.” (BITTENCOURT, 2013, p. 129). Essa perspectiva instaura um sentimento de vitimização e de incapacidade de vencer que dificulta perceber os povos indígenas na atualidade ou vislumbrar um futuro para esses no âmbito local, regional ou nacional, sendo o caso da forma de abordagem sobre essa temática no livro didático *História: Pernambuco*.

Considerações finais

Por meio de uma revisão bibliográfica sobre como os povos indígenas são apresentados nos livros didáticos, foi possível perceber que as narrativas e imagens criticadas durante estudos desenvolvidos nas últimas décadas continuam em voga. Como bem afirmou Grupioni (1995), apesar de a produção historiográfica brasileira ter avançado com novas abordagens, esses conhecimentos ainda não ultrapassaram os muros das universidades. Existem muitos livros didáticos permeados de uma visão pessimista sobre os povos indígenas. Em geral, permanece como um subsídio pedagógico que tem contribuído para fomentar ideias equivocadas a respeito dos povos indígenas e outros grupos sociais “minoritários”.

No tocante ao livro *História: Pernambuco*, observa-se que, embora a teoria da mestiçagem tenha sido questionada por pesquisadores contemporâneos, dentre esses Kabengelê Munanga (1999), continua sendo validada por aquele exemplar didático e aprovada pelo PNLD; de forma a romantizar as relações raciais, sociais e de poder entre colonizadores, senhores de engenho, indígenas e negros, além de reforçar o mito sobre o possível desaparecimento dos povos indígenas via a miscigenação e integração na sociedade nacional, a semelhança de ideias muito difundidas por renomados intelectuais como Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro⁶. Com isso, não queremos negar a importância das obras dos referidos intelectuais como homens de sua época. Porém, devem ser lidas na atualidade com criticidade, perguntando-nos a quem interessa a propagação da ideia sobre a suposta democracia racial que mascara o racismo, a discriminação e os preconceitos contra indígenas e negros no Brasil. O que nem sempre ocorre no contexto escolar, de

⁶ Dentre suas obras com essa perspectiva de abordagem, ver especialmente a última publicada ainda em vida pelo autor: *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil* (RIBEIRO, 1995).

Tópicos Educacionais, Recife, v. 24, n.2, p. 119-145, jul/dez. 2018.
Disponível em: < <https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/> >

forma que muitas crianças e jovens permanecem desconhecendo a existência dos povos indígenas na atualidade!

Entretanto, não recomendamos o abandono dos livros didáticos, considerando que, na maioria das situações, pode ser o subsídio mais acessível para crianças e docentes, além do alto custo para os cofres públicos com sua aquisição e distribuição. Portanto, devemos aproveitá-los o máximo possível. Contudo, é importante observá-lo como um produto mercadológico resultado de muitos filtros, recortes e colagens que, muitas vezes, se apresentam em forma de conhecimentos fragmentados. Consequentemente, não podemos alimentar a ilusão de que seu conteúdo seja a única ou a maior verdade. A desconfiança sobre os subsídios didáticos em geral possibilita e fomenta a busca de informações complementares em outras fontes que contribuam com a ampliação e o aprofundamento dos assuntos tratados, especificamente quando dizem respeito aos povos indígenas, geralmente apresentados de forma genérica, exótica e equivocada.

Referências

ARRUTI, José M. Andion. Morte e vida do Nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 57-94, 1995.

BITTENCOURT, Circe Fernandes. História das populações indígenas na escola: memórias e esquecimentos. In: PEREIRA, Amílcar Araújo; MONTEIRO, Ana Maria (org.). **Ensino de História e culturas afro-brasileiras e indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013. p. 101-132.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Características gerais dos indígenas**: censo demográfico 2010. Rio de Janeiro, 2012.

COLLET, Célia; PALADINO, Mariana; RUSSO, Kelly. **Quebrando preconceitos**: subsídios para o ensino das culturas e histórias dos povos indígenas. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 46. ed. São Paulo: Global, 2004.

GOMES, Flávio Santos. Amostras humanas: índios, negros e relações interétnicas no Brasil colonial. In: MAGGIE, Yvonne; BARCELLOS, Cláudia (org.). **Raça como retórica**: a construção da diferença. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 27-82.

GRASSI, Leila Gasperazzo Ignatius. **Imagem-identidade indígena**: construção e transmissão em escolas não indígenas. 2009. 325 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. Livros didáticos e fontes de informações sobre as sociedades indígenas no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi (org.). **A temática indígena na escola**: novos subsídios para professores de 1.º 2.º graus. Brasília: MEC, 1995. p. 481-521.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LOPES, Alice Casimiro. O livro didático nas políticas de currículo. In: PEREIRA, Maria Zuleide da Costa; MOURA, Arlete Pereira (org.). **Políticas e práticas curriculares**: impasses, tendências e perspectivas. João Pessoa: Ideia, 2005. p. 69-95.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Secad; Laced, 2006.

MELO, Wilke Torres de. Identidade étnica e reciprocidade entre os Fulni-ô de Pernambuco. In: SCHRÖDER, Peter (org.). **Cultura, identidade e território no Nordeste indígena**: os Fulni-ô. Recife: Edufpe, 2012. p. 121-142.

MONTEIRO, Diego Francisco Cruz. **Indígenas e iconografia didática**: a imagem dos índios nos manuais de História do Programa Nacional do Livro Didático. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

MONTEIRO, John Manuel. Armas e armadilhas: história e resistência dos índios. In: NOVAES, Adauto (org.). **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 237- 249.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional *versus* identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999.

OLIVEIRA, João Pacheco de. O efeito “túnel do tempo” e a suposta inautenticidade dos índios atuais. **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 6, n. 2, p. 167-175, 2003.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? : situação colonial, territorialidade e fluxos culturais. In: OLIVEIRA, João Pacheco (org.). **A viagem da volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. 2. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004. p. 13-42.

OLIVEIRA, Kelly Emanuely de. **Diga ao povo que avance!**: movimento indígena no Nordeste. Recife Fundaj, 2013.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

SCHRÖDER, Peter (org.). **Cultura, identidade e território no Nordeste indígena**: os Fulni-ô. Recife: Edufpe, 2012.

SILVA, Edson. “Os caboclos” que são índios: história indígena no Nordeste. **Revista Portal do São Francisco**, Belém de São Francisco, ano 3, n. 3, p. 127-137, 2004.

SILVA, Edson; SILVA, Maria da Penha da. Já não se vê “índios” como antigamente: a abordagem da temática indígena na escola em discussão a partir da Lei n.º 11.645/2008. *In*: LIMA, Marinalva Vilar de (org.). **Educação para as relações étnico-raciais**: identidades, etnicidades e alteridades. João Pessoa: CCTA, 2016. p. 253-285.

SILVA, Maria da Penha da. **A temática indígena nos anos iniciais do ensino fundamental**: um estudo das práticas curriculares docentes em Pesqueira, PE. 2015. 312 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea, Centro Acadêmico do Agreste, Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2015.

SOUZA, Vânia Rocha Fialho de Paiva e. **As fronteiras do ser Xukuru**. Recife: Fundaj, 1998.

TEIXEIRA, Francisco M. P. **História**: Pernambuco. 2. ed. São Paulo, Ática, 2010.